Recensões

Maria João Simões
Política e Tecnologia: Tecnologias da Informação e da Comunicação e Participação Política em Portugal
Oeiras: Celta, 2005

Maria João Simões aborda um tema pouco frequentado pela sociologia em Portugal: o lugar e as possibilidades das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) como ferramenta para o alargamento e o aprofundamento da participação dos cidadãos na vida política. Como justamente escreve Maria Eduarda Gonçalves, no prefácio, a questão central sobre a qual a autora se ocupa ao longo das quase trezentas páginas do livro é "a de saber se a utilização da rede está ou não modificando e, em caso positivo, em que sentido, as formas e as práticas de participação dos cidadãos na esfera pública e política" (p. xi). Face a isto, M. J. Simões assume, logo no capítulo introdutório, uma posição prudente, ao enfatizar que "não há caminhos predeterminados para o desenvolvimento e impactos das tecnologias", acrescentando que, "neste sentido, há nesta investigação um distanciamento em relação ao determinismo tecnológico e ao determinismo social estruturalista que informam um número significativo de estudos" (p. 2).

O livro está organizado em três partes: (i) a primeira parte trata das teorias, em particular do que diz respeito à mudança social e tecnologias, por um lado, e à cidadania e participação política por outro; (ii) a segunda parte é preenchida com a reflexão sobre os tipos de participação política digital em Portugal; (iii) a última parte é dedicada à análise da interacção digital, seus problemas e possibilidades, encerrando com a discussão sobre as características dos "cibercidadãos".

Tratando-se de um campo social muito fluido, M. J. Simões optou por uma estratégia metodológica flexível, combinando diversos métodos e técnicas, não encarados pela autora em termos de exclusão. Estamos perante uma opção bem conhecida e discutida nas ciências sociais em Portugal. Por exemplo, J. Portela (1985: 158), num texto publicado há mais de 20 anos, argumenta que, para além de não fazer sentido qualquer discussão em torno da superioridade de uma técnica face a outra, o cruzamento entre diferentes técnicas de recolha de dados detém indiscutíveis méritos. De igual modo, e inspirando-se em Bourdieu, como faz M. J. Simões, em concreto, na sua denúncia do "monoteísmo metodológico", M. C. Silva alega, a propósito da sua

pesquisa sociológico-antropológica e histórica, que abordagens deste tipo permitem "superar algumas (pseudo)dicotomias, oposições ou insuficiências de qualquer das dimensões tomada isoladamente" (1998: 31-32). Mais, não podemos ignorar que na antropologia, na sociologia e na história os procedimentos interpretativos, as problemáticas teóricas, os paradigmas e as modalidades de construção do objecto são, basicamente, comuns e transversais, apesar de cada uma privilegiar, tradicionalmente, diferentes formas de investigação empírica. Assim, tendo sempre como pano de fundo a sua oposição ao fundamentalismo metodológico, M. J. Simões escolheu, "como central, a estratégia comparativa-tipológica, pretendendo-se como principal resultado uma tipologia de formas de participação política digital" (p. 10).

Em termos teóricos, M. J. Simões começa por fazer um balanço das posições em confronto relativamente às TIC: (i) para os ciberoptimistas elas constituem o meio suficiente e adequado para o alargamento e o aprofundamento da participação política dos cidadãos, implicando uma visão da tecnologia como estando fora e acima da sociedade; (ii) para os ciberpessimistas, a tecnologia não está acima nem fora da sociedade, sendo antes determinada por esta, convocando a nossa atenção para o facto de estas tecnologias não serem imunes ao uso instrumental por parte dos governos e forças políticas dominantes e, tão pouco, ao controlo por parte de grandes grupos económicos e de interesses, com todas as consequências políticas e outras daí decorrentes para a participação democrática dos cidadãos.

Procurando um outro caminho, num esforço de superação quer do determinismo tecnológico, quer do determinismo social estruturalista como designa, respectivamente, as posições acima descritas, M. J. Simões opta por uma perspectiva que designa de "realista", considerando que "as TIC tanto poderão ter consequências positivas como negativas, dependendo da escolha, do *design* e do uso que delas for feito em função de um leque alargado de factores sociais e também de factores tecnológicos" (p. 18). Ao longo da discussão teórica percebe-se este esforço da autora. Porém, ele exigiria uma tomada de posição mais clara, mostrando que assumir a tal posição realista não pressupõe uma rigorosa equidistância teórica e, logo, política relativamente aos dois referidos determinismos. É que, como bem mostram as partes mais empíricas do livro, encontramos nos teóricos críticos uma maior riqueza conceptual e analítica que permitem deslindar os usos e as implicações sociais e políticas da tecnologia. Neste sentido, Harvey (1999: 100) – também citado por M. J. Simões – mostra-nos que as técnicas e as tecnologias são a forma material do processo de trabalho através da qual as forças produtivas e as relações de produção se exprimem. Longe de serem socialmente neutras, sublinha Martinelli (1987: 321-322), como aliás o faz também M. J. Simões, na esteira de uma reflexão já longa (*v.g.*, Wright 1979), estão indissoluvelmente ligadas às lutas e às relações de força que opõem as diferentes classes e grupos sociais em confronto, nomeadamente nos espaços de produção (Burawoy 1979: 47). Quer dizer, as escolhas técnicas não podem ser desconectadas das mudanças sociais e das estruturas no interior das quais elas fazem sentir os seus efeitos nem, tão-pouco, a sua crítica pode ser separada da crítica das formas organizacionais e comunicacionais engendradas nos mais diversos campos sociais.

No caso das TIC aqui em discussão, há que tomar em consideração, como faz de forma judiciosa M. J. Simões, aspectos como a classe, a etnia, o género, bem como

os diferentes recursos detidos pelos cidadãos para se compreender o modo como se processa a participação política no ciberespaço e, sobretudo, as formas como as assimetrias se fazem sentir e, inclusive, se amplificam face a outros campos sociais. Neste contexto, é politicamente oportuna a discussão sobre a cidadania empreendida pela autora. Ao longo do capítulo II (p. 39-57), o leitor tem acesso a uma reflexão muito interessante onde M. J. Simões expõe e discute as diversas dimensões da cidadania, sublinhando que ela não deve ser compreendida no estreito campo dos direitos civis, ainda que importantes, como defendem os liberais. Na verdade, a cidadania possui outras dimensões relacionadas com a democracia redistributiva e formas de inclusão política e cultural que não podem ser descartadas. Não basta, pois, ficar pela defesa retórica dos direitos civis para garantirmos no ciberespaço as condições para uma participação democrática. Esta, é bom dizê-lo, depende também da realização de outras condições, não só as relacionadas com os já referidos recursos económicos, educacionais e outros, como também com as competências necessárias à actividade política, bem como as que se prendem com um uso adequado e eficiente das TIC. Bem oportunamente M. J. Simões (p. 64ss) cita diversos estudos, nomeadamente os levados a cabo por Verba e Nie nos Estados Unidos e por Bourdieu em França, para alertar o leitor para os efeitos da posição na estrutura social na participação política, isto é, para a relação entre a posse de recursos e o nível de participação, em que este é tanto maior quanto maiores forem os primeiros. Exposta esta argumentação, é manifestamente desmentida a tese dos "futuristas"que, como escreve a autora, "vão ao ponto extremo de a Internet ser concebida como um fórum electrónico compreendendo uma vasta rede de cidadãos do mundo, livres e iguais" (p. 87). Nesta crítica severa às TIC como espaço igualitário e livre, M. J. Simões mostra-nos que o ciberespaço é um novo campo social atravessado pelas relações de força, constrangimentos e, obviamente, por oportunidades que os indivíduos podem mobilizar, sobretudo através da acção colectiva organizada, para lutarem e se fazerem ouvir.

Um aspecto decisivo para a democratização da participação no ciberespaço é o do acesso universal (p. 97ss). O direito de ligação dos cidadãos ao ciberespaço, independentemente dos seus recursos económicos, constitui hoje um instrumento fundamental para a produção de uma política democrática para este campo social. Tal só pode ser alcançado, em oposição às propostas liberais assentes no mercado, através da produção de políticas públicas que instituam o acesso universal gratuito. Ostensivamente ignorado pelos governos, nomeadamente em Portugal, a sua universalização, ainda que desejável por todos os comprometidos com políticas progressistas, não é, contudo, a panaceia para o esbatimento relevante das assimetrias no ciberespaço. De facto, a democratização da participação activa neste espaço depende também da redução das barreiras das competências, uma vez que "competências diferenciadas produzem e aprofundam as desigualdades de uso e, mais especificamente, de participação política" (p. 100).

Sobre as políticas públicas, é indispensável referir que deverão ter não só um papel regulador mas também activo na promoção da participação dos cidadãos no ciberespaço, uma vez que deixado este aos interesses do mercado tal poderá conduzir "a *designs* e aplicações tecnológicas e, ainda, a serviços que bloqueiem o desenvolvimento

da cidadania e da participação" (p. 104). Daqui decorre a necessidade de uma aguçada vigilância democrática em defesa de um ciberespaço livre da hegemonia dos grandes grupos económicos, em especial os ligados aos *media*, como nos alerta I. Ramonet no editorial do número de Janeiro de 2007 do *Le Monde Diplomatique*. Descrevendo a história das comunicações, "quando surge um novo *media* [...] ele começa por dar a impressão de que veio alargar o perímetro da liberdade de expressão, mas acaba posteriormente por ficar nas mãos das potências do dinheiro. E por ser normalizado" (Ramonet 2007: 1). No caso português, M. J. Simões (p. 133ss) critica de forma áspera as políticas levadas a cabo pelos governos a partir da segunda metade dos anos 90, por estarem orientadas pelo princípio do uso instrumental das TIC para o crescimento económico e da produtividade em detrimento da renovação dos processos de participação democrática, não obstante os bons princípios e a retórica do seu primeiro responsável, Mariano Gago, então titular da pasta da Ciência e Tecnologia. Como mostra a autora, esta orientação está presente no *Livro Verde para a Sociedade da Informação* e em *Cidades Digitais*, iniciativas analisadas na parte empírica do livro. Em contraponto a esta abordagem liberal, temos outros casos estudados por M. J. Simões como o *Cordão Humano por Timor*, a *Quarentena à TV*, a revista digital *Non* e a iniciativa *Lisboa Abandonada*. Designados por "participação política não filiada" estes casos expõem não só as virtualidades e possibilidades como as limitações do ciberespaço e das TIC no alargamento e aprofundamento da participação democrática. Ou seja, "quando se passa das expectativas para a realidade social, constata-se que as TIC têm as duas faces de Janus: geram novas oportunidades e ampliam antigas, mas também mantêm velhos e geram novos constrangimentos" (p. 219).

Da leitura deste livro fica claro que as TIC estão a transformar profundamente o modo dos cidadãos de se informarem, comunicarem e participarem. Tal abre perspectivas extraordinárias mas também riscos e problemas que devemos considerar. Como escreve I. Ramonet no texto acima citado, a propósito da Internet, a maioria dos colectivos que nela se engajaram, guiados pelos princípios da democracia participativa, acabaram atomizados, não raro autodestruídos, como reconhece implicitamente M. J. Simões, quando escreve sobre o carácter volátil e efémero desta forma de participação (p. 181). Daí que no capítulo conclusivo se possa ler que "as TIC não detêm nenhuma qualidade mágica que possa instantaneamente e de *per se* transformar as formas de participação política prevalecentes em contexto real, nem determinar o tipo de participação política digital que possa vir a desenvolver-se" (p. 259). Em suma, não sendo politicamente e socialmente neutras, como reiteradamente sublinhou M. J. Simões ao longo do livro, o uso e os efeitos das TIC no desenvolvimento da participação democrática dependem daquilo que os cidadãos, colectivamente organizados, nomeadamente a nível político, forem capazes de fazer e, sobretudo, de impor às elites e aos governos. Mas não só, a participação no ciberespaço não anula a participação dos cidadãos em outros espaços da vida pública, tal como a participação nos novos movimentos sociais não torna supérflua a participação nos chamados velhos movimentos sociais.

Trata-se, pois, de um livro de consulta obrigatória para todos aqueles que se interessam pelas questões relacionadas com a cidadania e a qualidade da nossa democracia. Baseado na tese de doutoramento submetida e aprovada na Universidade da

Beira Interior em 2002, é um texto que, não obstante marcado pelo necessário rigor académico, é de leitura acessível, mesmo aos públicos menos familiarizados ou afastados das ciências sociais.

Referências bibliográficas

BURAWOY, Michael (1979), *Manufacturing consent: changes in the labour process under monopoly capitalism.* Chicago: The University of Chicago Press.

HARVEY, David (1999), *The limits to capital.* Londres: Verso.

MARTINELLI, Bruno (1987), "La fin et les moyens: l'ethnologie et l'intervention technologique", *L'Uomo*, XI (2), pp. 319-341.

RAMONET, Ignacio (2007), "Ameaças à informação", *Le Monde Diplomatique*, n.º 3 (II Série), 1.

PORTELA, José (1985), "Observação Participante (Reflexões sobre uma Experiência)". *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, pp. 157-176.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal.* Porto: Afrontamento.

WRIGHT, Erik Olin (1979), *Class, crisis and the state.* Londres: Verso.

Fernando Bessa Ribeiro
Departamento de Economia, Sociologia e Gestão
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Vila Real
fbessa@utad.pt